

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Tarde

Class.: _____

Data: 07.08.85

Pg.: _____

190 O deputado quer o fim da Funai e de seus abusos

A Fundação Nacional do Índio também deveria ser extinta, a exemplo do que se pensa em fazer com o IBC, o IAA e a Embratur.

Foi o que afirmou ontem, na Câmara, o deputado João Batista Fagundes (PMDB-RR), assinalando que a Funai "faz o que bem entende, ao arrepio da lei, inclusive violentando abertamente o direito de propriedade".

"Em Roraima — acrescentou — ela simplesmente interditou uma área para sobrevivo. No governo Figueiredo, fez o presidente dar última forma num decreto assinado e proclamado na televisão pelo ministro das Minas e Energia. Agora, em plena Nova República, paralisou o Exército, que demarcava uma área específica para evitar conflitos de terra no Sul do Pará..."

A Funai, lembrou, foi criada para exercer a tutela e promover a integração gradativa do índio à comunhão nacional, mas nem promoveu nem emancipou índio nenhum. "Ao contrário, estimulou a criação de zoológicos humanos impenetráveis à presença de brancos, quer sejam garimpeiros, quer sejam empresas mineradoras que pretendam explorar as riquezas do subsolo."

Os garimpeiros, continuou, são acusados de poluir "o paraíso ecológico dos índios"; as empresas mineradoras, de violentar as suas terras. "Esses são os argumentos — disse — que servem para camuflar a verdadeira intenção do grupo dos chamados indigenistas, antropólogos e sertanistas, hoje entrincheirados nos gabinetes da Funai e que não têm o menor interesse na solução dos problemas das comunidades indígenas."

— Não interessa — notou o parlamentar — que o estatuto admita a exploração da terra em proveito do índio, nem que a Constituição estabeleça que o subsolo pertence à União. A Funai manda e desmanda. Em nome do índio, violenta ostensivamente aquilo que é a pedra angular de nossa organização política: o direito de propriedade. Só não faz aquilo que deveria ter feito há anos: a demarcação das áreas indígenas. E por que não? Porque, com a demarcação, cessará a indústria da luta em defesa do "sagrado direito do índio".

O deputado João Batista Fagundes referiu-se, a seguir, ao caso da demarcação da reserva indígena dos kaiapós. Depois de incidentes ocorridos em 1960, chegou-se a um

resultado "satisfatório", com a divisa passando bem distante da aldeia Gorotire. Posteriormente, no entanto, "por motivos desconhecidos", o então ministro Mário Andreazza alterou a divisa, desprezando as naturais que haviam sido estabelecidas. E não fez a demarcação. Em 1980, alguns milhares de garimpeiros invadiram a área supostamente daquela reserva. Em fins de 1984, começaram os problemas entre índios e garimpeiros. "Na presença de vários elementos da Funai e da Polícia Federal — disse Fagundes — uma centena de índios atacou o garimpo de Maria Bonita, saqueando o comércio e destruindo centenas de milhões de cruzeiros de mercadorias. Nada aconteceu, a não ser o aumento da agressividade dos índios e a confiança ainda maior na impunidade para novas aventuras e estripulias. Em 9 de maio deste ano, decidiu-se que o Exército faria a demarcação da área. Quando o Serviço Topográfico do Exército alcançou a área do Cumaruzinho, no entanto, os índios verificaram que 80% do garimpo ficava fora da reserva, e pura e simplesmente exigiram um desvio na linha constante do decreto demarcatório. Os topógrafos não concordaram e o serviço parou."

Essa atitude tomada pelos índios, segundo o deputado, "é o resultado nefasto da política adotada pela Funai, de sempre perder e dar razão aos índios, cedendo às pressões, seqüestros, invasões (inclusive na sede da Funai), fomentando a agressividade natural. Os kaiapós da aldeia gorotire, que nos primeiros contatos com os vizinhos eram cordiais e confiantes, hoje se tornaram agressivos e prepotentes, principalmente na presença de elementos da Funai. A garantia da impunidade, somada à política paternalista do governo, acrescida agora pela ambição despertada com a entrada volumosa do dinheiro resultante das comissões recebidas dos garimpeiros, talvez tenha sido o motivo principal dessa atitude na demarcação da divisa do Cumaruzinho".

O parlamentar concluiu dizendo que se o governo da Nova República não consegue dobrar os antropólogos da Funai, também não deve permitir que se dobrem os princípios da geometria, segundo os quais a linha reta é o caminho mais curto entre dois pontos. "Vamos demarcar as reservas, mas cumprindo a lei e respeitando o direito de propriedade" — proclamou.